



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 131

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1967

MENSAGEM

Nº 12, de 1967 (CN)

(Nº 675-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do § 3º do artigo 54 da Constituição, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Agricultura o anexo projeto de lei que concede deduções da contribuição devida ao INDA, prevista no artigo 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.

Brasília, 6 de outubro de 1967. —
A. Costa e Silva.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
(Nº 211-GB — Em 3.8.67)

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Este Ministério, face a atual conjuntura econômica e em consonância com a política de estímulos à produção agropecuária e o desenvolvimento das atividades rurais, considera oportuna a adoção de medidas tendentes a tornar gradativamente suportável a carga fiscal que incide sobre as propriedades territoriais rurais, determinadas através as disposições das Leis ns. 2.613, de 23 de setembro de 1955, 4.504, de 30 de novembro de 1964 e Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.

Nestas condições, tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto concedendo deduções nas contribuições devidas ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário em função das disposições legais citadas.

Projeto de Lei nº 12

Concede deduções da contribuição devida ao INDA, prevista no artigo 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os contribuintes a que se refere o Art. 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, que tenham seus imóveis rurais situados nas regiões de zoneamento III e IV, conforme definidas no art. 43 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, quando também contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, terão, a partir do exercício financeiro de 1967, nos dois primeiros anos de aplicação do disposto no art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966, as seguintes deduções:

a) no primeiro ano, cinquenta por cento do valor da contribuição calculada.

CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

Em 10 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Veto presidencial:

Ao Projeto de Lei nº 18, de 1967, na Câmara e nº 7, de 1967, no Senado (Lei Complementar), que regula a execução do disposto no art. 16, parágrafo 2º da Constituição (veto total).

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	único	Totalidade do Projeto

SESSÃO CONJUNTA

Em 17 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 9, de 1967 (CN), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o feilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

SESSÃO CONJUNTA

Em 18 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 1967 (CN), de iniciativa da Presidência da República, que altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos, e das outras providências.

b) no segundo ano, vinte e cinco por cento do valor da contribuição calculada.
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 58 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Delimita os efeitos do artigo 2º da Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966 estabelece novo critério para contribuição e dá outras providências.

Art. 3º A partir do exercício financeiro de 1967, os contribuintes a que se refere o art. 7º da Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955, quando também contribuintes do Imposto Territorial Rural, terão suas contribuições calculadas na base de 1% (um por cento) do salário-mínimo regional anual, para cada módulo atribuído ao respectivo imóvel rural, em consonância com o definido pelo

inciso III, do art. 4º, da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964.

§ 1º Os proprietários de imóvel rural com área igual ou inferior a 1 (um) módulo ficarão isentos dessa contribuição.

§ 2º A contribuição de que trata o presente artigo será recolhida conjuntamente com o Imposto Territorial Rural pelo IBRA, que baixará as normas para a emissão dos correspondentes avisos e recibos e respectiva cobrança, promovendo a contabilização e automático crédito ao INDA, restando em sua conta a taxa de vinte por cento (20%) sobre o produto arrecadado pela participação solidária na execução do que estabelece o Estatuto da Terra.

§ 3º A contribuição paga pelo proprietário de imóvel rural que tiver contrato de arrendamento ou de parceria poderá ser por ela considerada como seu crédito no respectivo contrato.

§ 4º Os demais contribuintes do INDA continuarão tendo suas respectivas contribuições disciplinadas pelo que dispõem o art. 9º da Lei número 2.613, de 23 de setembro de

1955, e o art. 35, da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965, e correspondentes regulamentos.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República. — H. Castelo Branco — Eduardo Lopes Rodrigues — Severo Fagundes Gomes.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 2.613 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1955

Autoriza a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Rural.

Art. 7º As empresas de atividades rurais não enquadradas no art. 6º desta lei contribuirão para o Serviço Social Rural com 1 % (um por cento) do montante e da remuneração mensal para os seus empregados.

Parágrafo único. Ficam isentas da contribuição constante desse artigo as pessoas físicas que explorarem propriedades próprias ou de terceiros, cujo valor venal seja igual ou inferior a Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 16. Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias depois da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1955; 134º da Independência e 67º da República. — João Café Filho — Munhoz da Rocha — J. M. Wilaker.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.504 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

SEÇÃO III

Do Zoneamento e dos Cadastros

Art. 43. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá a realização de estudos para o zoneamento do País em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, visando a definir:

I — as regiões críticas que estão exigindo reforma agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e dos latifúndios;

II — as regiões em estágio mais avançado de desenvolvimento social e econômico, em que não ocorram tentações nas estruturas demográficas e agrárias;

III — as regiões já economicamente ocupadas em que predomine economia de subsistência e cujos lavradores e pecuaristas careçam de assistência adequada;

IV — as regiões ainda em fase de ocupação econômica, carentes de programa de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras.

§ 1º Para a elaboração do zoneamento e caracterização das áreas prioritárias, serão levados em conta, essencialmente, os seguintes elementos:

a) a posição geográfica das áreas, em relação aos centros econômicos de várias ordens, existentes no País;

b) o grau de intensidade de ocorrência de áreas em imóveis rurais acima de mil hectares e abaixo de cinquenta hectares;

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRECTOR-GERAL
ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHefe DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHefe DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASILIA

c) o número médio de hectares por pessoa ocupada;

d) as populações rurais, seu incremento anual e a densidade específica da população agrícola;

e) a relação entre o número de proprietários e o número de rendeiros, parceiros e assalariados em cada área. § 2º. A declaração de áreas prioritárias será feita por decreto do Presidente da República, mencionando:

a) a criação da Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária com a exata delimitação de sua área de jurisdição;

b) a duração do período de intervenção governamental na área;

c) os objetivos a alcançar, principalmente o número de unidades familiares e cooperativas a serem criadas;

d) outras medidas destinadas a atender peculiaridades regionais.

Art. 44.

Art. 128. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República. — H. Castello Branco — Milton Soares Campos.

ATA DA 151ª SESSÃO, EM 9 DE OUTUBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRs.: EDMUNDO LEVI E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Ers. Senadores:

Oscar Passos
Edmundo Levi
Menezes Pimentel
Duarte Filho
José Ernirio
Aloysio de Carvalho
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Aurélio Viana
José Feliciano
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Adolpho Franco
Atílio Fontana
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE RESPOSTA A REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Do Ministro da Fazenda (Aviso de 3 do mês em curso).

Nº 257-SGMF-67 — com referência ao Requerimento nº 718-67, do Senador Desiré Guarani.

OFÍCIOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Comunicação do pronunciamento da Câmara sobre emendas do Senado e remessa de proposições à sanção.

Nº 3.342, de 5 do mês em curso — com referência à aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3.513-F-66 e nº 164-66, do Senado, que dá nova redação ao item 79-01, alíneas 001 e 002, da Seção XV da Tarifa que acompanha a Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957. Projeto enviado à sanção em 5 de outubro de 1967 e

Nº 3.343, de 5 do mês em curso — com referência à aprovação da Emenda nº 2 e rejeição da Emenda número 1, ambas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 4.052-E-62 e nº 150-65, no Senado, que fixa o grau mínimo para aprovação de candida-

SENADO FEDERAL

tos ao serviço público federal. Projeto enviado à sanção em 5 de outubro de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Sobre a mesa Requerimentos de Informações que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 858, de 1967

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, que se oficie ao Ministério da Fazenda, solicitando as seguintes informações:

a) qual o motivo da paralização das promoções nas várias carreiras desse Ministério;

b) se continua em vigor o Regulamento das Promoções dos Funcionários Públicos Civis da União, aprovado pelo Decreto nº 32.015, de 29 de dezembro de 1952 (D.O. de 5-1-53), especialmente o artigo 63 do referido Regulamento que dispõe que "terá caráter urgente o andamento de papéis que se referirem a promoções, sendo passíveis das penas de repressão ou suspensão os responsáveis por seu andamento";

c) tendo em vista o dispositivo acima, quais as providências desse Ministério para sanar essas irregularidades?

Justificativa

Pela legislação atual a promoção é um direito, cujos efeitos são resguardados desde a data em que o funcionário deveria ser promovido pela existência de vaga, satisfeitas as exigências gerais. Na prática, porém, esse direito é letra morta, pois basta a promoção ocorrer no ano seguinte àquele em que deveria efetivar-se para não surtir efeitos monetários relativamente ao passado, face à engrenagem dos "exercícios findos". Justamente por isso é que cada vez mais se estabelecem desestímulos no serviço público, pois os direitos não são atendidos, como é o caso das promoções, remota esperança dos funcionários para um possível aumento salarial, já que o aumento geral ficou condicionado a manifestações de "má-gicas", no dizer do próprio titular da Pasta das Finanças, Professor Delfim Neto, economista, o que talvez requeira a substituição de financista por mágico profissional na gestão financeira federal, como fórmula mais eficaz para tentar debelar o déficit de bilhões de cruzeiros no orçamento da União. E enquanto isso não ocorre, a única esperança para os barnabés, agora chamados até de "ociosos", é

torcer pelas promoções, razão desse requerimento.

S.S., em 5 de outubro de 1967. — Senador Desiré Guarani.

REQUERIMENTO Nº 859, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro, regimentalmente, se oficie ao Senhor Ministro da Agricultura, para que informe, através do Conselho Nacional de Cooperativismo, o seguinte:

a — quais as Cooperativas que registrou depois da vigência do decreto-lei nº 59, de 1966;

b — quais as providências que se impõe adotar para sanar as falhas conhecidas, no sentido de pleno atendimento do sistema cooperativista, tendo presente os mais sadios propósitos do Governo Federal no sentido de resolver o grave problema alimentar do povo brasileiro?

Justificativa

O Decreto nº 59, de 21 de novembro de 1966, que definiu a política nacional de cooperativismo, criou o Conselho respectivo e determinou, entre outras providências, uma disciplina rígida para o setor econômico de que se trata, no sentido de dinamizá-lo, por todos os meios, frente às necessidades reais a considerar.

E previu, além do mais, que o próprio Conselho tivesse a seu cargo o registro das cooperativas, de modo que lhe coubesse, assim, integral responsabilidade no alcance dos objetivos visados pela lei, no menor prazo possível.

Entretanto, ocorre que são várias as reclamações apresentadas em que o Conselho, segundo essas reclamações, não estaria atendendo suficiente e oportunamente, à sua missão, eis que não conseguiu até o momento, o que seria mínimo, regularizar as cooperativas, mediante registro, por razões que se impõe conhecer, para as devidas iniciativas.

Num País em que a concentração maior de recursos financeiros se faz à nossa efetiva estruturação econômica, especialmente através do sistema cooperativista, com tantos e inumeráveis resultados comprovados, não há como se manter, num período de simples formalização documental, as cooperativas em uma situação sem a validade dinâmica que o Governo Federal deseja imprimir, visto que, isso não ocorrendo poderão ser maiores os riscos e prejuízos para a economia geral da Nação.

Brasília, 5 de outubro de 1967. — Senador Flávio Britto

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Os requerimentos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — A Presidência recebeu Mensagem sob o nº 675, de 6 de outubro, de 1967, do Presidente da República, encaminhando Projeto de Lei para tramitação, na forma estabelecida no Art. 54, § 3º, da Constituição.

Trata-se de projeto que concede deduções da contribuição devida ao INDA, prevista no Art. 3º do Decreto-Lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Há oradores inscritos.

O primeiro deles é o Sr. Atílio Fontana, a quem dou a palavra.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, retornando ao Senado, após quatro meses de afastamento, desejo, nesta oportunidade, focalizar algumas observações e estudos que pude fazer, viajando pelo Brasil e pelos países da Europa Ocidental.

Continuamos muito distanciados do progresso, pelo que pude observar nos países visitados.

Antes de viajar para o exterior, tive ensejo, em excursão que fiz partindo de Belém, do Pará, numa viagem de uns quatrocentos e poucos quilômetros — rodovia Belém-Brasília — de verificar naquela região condições ecológicas que, se desenvolvidas, poderiam tornar aquelas terras um grande celeiro, quer no setor da agricultura, quer, principalmente, na da pecuária. Observei que as pastagens artificiais, naquela zona de grandes florestas, se desenvolvem muito bem e suportam número elevado de animais por alqueire.

Observei, igualmente, lavoura de arroz, próxima a ser colhida, que se apresentava com bom aspecto e em condições de produção bem elevada por área cultivada.

Visitei agricultores, entre eles, em Paragominas, um casal de japoneses, detentor de aproximadamente dez alqueires de terra, ou seja, 25 hectares, com um plantelzinho de gado produzindo bom leite, régua criação de aves, de suínos, bom pomar e colheita de feijão soja e amendoim.

É o atestado de que aquela região produziria bastante se bem aproveitada. O agricultor nativo, que tem tido oportunidade de conviver com agricultores estrangeiros que ali se encontram, principalmente japoneses, também se desenvolveu, só com observá-los.

Vi plantações de pimenta exploradas por nossos patrícios, e em boas condições. Tudo isso, porém, é uma gota d'água no oceano. Se compararmos toda a imensa extensão, concluímos que a solução do grande problema não é o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária ou Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, mas principalmente, dar-se uma orientação de educação, de ensinamentos técnicos aos nossos patrícios disseminados por aquela Região, que, observei, muito embora não tenha grande densidade de população, esta se fosse bem orientada, bem assistida poderia desenvolver muito mais suas atividades. E a população cresceria muito mais rapidamente porque, com o desenvolvimento, haveria um melhor padrão de vida, e se poderia dispor de melhor assistência médica.

De sorte que precisamos fazer sentir aos nossos governantes esse sério problema, que deveria merecer prioridade entre todos os demais.

Bem sabemos que a produção precisa de ser escorada, e para isso, precisamos de estradas e outros recursos que, naturalmente, são também necessários. Mas não é suficiente termos estradas, tratores, financiamentos e outros itens que precisam alcançar o homem do campo, se ele não estiver em condições de aproveitá-los.

Então, o que devemos é começar pela base, começar pela educação, pela assistência, ao homem. Precisamos aprimorar nossas escolas superiores de agronomia e veterinária, que, diga-se de passagem, não estão em condições, em regra geral, de preparar nossos técnicos. Por isso mesmo, os nossos agrônomos e veterinários não estão capacitados para orientar e dar assistência técnica, a fim de melhorar a produção do homem do campo. Há deficiência nas nossas escolas de grau médio, nas escolas técnicas de agricultura e mesmo nas escolas de iniciação agrícola.

Tive ocasião de observar, quando Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina, através do contato mais estreito com escolas de técnica rural e ginásios agrícolas, que lamentavelmente nem mesmo estava sendo cumprida regularmente a legislação que devia orientar o curriculum naquelas escolas.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Pois não.

O Sr. José Ermírio — V. Ex. faz muito bem em ressaltar as possibilidades do Brasil. É o segundo país do mundo em áreas agricultáveis, sendo apenas superado pela União Soviética. A Bacia Amazônica possui 20% da água doce de todo o mundo, e mesmo no nosso Nordeste o subsolo é muito rico em água; é só perfurar. Quando estive no Amazonas fiquei surpreendido: estava lá, naquela ocasião, o primeiro veterinário que apareceu em Manaus, o primeiro veterinário que visitava o Amazonas. Veja V. Ex. como estamos atrasados. Acredito mesmo que deveríamos aprimorar a educação de técnicos, no ramo de ensino primário. O brasileiro é inteligente. Temos experiência disto, aqui mesmo em Brasília onde nordestinos aprenderam, em poucos dias, até a soldar vigas de aço, nos edifícios da Capital. Portanto, ou tomamos providências para realizar algo de eficiente para esta população, ou não teremos condições de fazer o que a FAO pede a toda a América Latina, ou seja, dobrar a produção até 1980. Se isto não for feito, teremos a fome neste País e em toda a América Latina.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Muito grato pelo aparte de V. Ex. nobre Senador José Ermírio, que vem reforçar este nosso conceito, de que o problema está principalmente no preparo do homem para a função. Vossa Excelência entende como nos outros.

Empresários que somos, bem podemos avaliar o problema técnico, a capacidade produtiva dos trabalhadores. E por esta razão, bem podemos avaliar o que esperar daqueles homens, que geração após geração jamais tiveram uma palavra de orientação, de assistência, uma palavra, enfim, que lhes abrisse um pouco os horizontes, para que, com o mesmo esforço e o mesmo trabalho, pudessem melhorar a sua produtividade e assim melhorar o seu padrão de vida, o que é tão não necessário à sua sobrevivência. O Brasil tem sérios compromissos, não apenas para alimentar atualmente os seus 80 e mais milhões de habitantes. Além disso, devíamos ainda contribuir para alimentar outras regiões do mundo que, pela densidade demográfica, não têm condições de produzir o suficiente para sua alimentação.

O Sr. José Ermírio — Em setembro deste ano, atingimos 87 milhões de habitantes.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Muito grato a V. Ex., nobre Senador. Dai termos, além dessas considerações, também sérios compromissos financeiros. Sempre ouvimos, com certa preocupação, falar em solicitação de recursos financeiros do estrangeiro. Esses recursos que nos vêm em prazo para vencer e estão vencendo, ainda que, muitas vezes, rescalonados. O fato é que eles se vão acumulando, nossas dívidas no estrangeiro aumentando com compromissos de pagamento de juros, de amortização e outros encargos. Dai a necessidade de enfrentarmos o problema. E como fazê-lo?

Fomentando a produção, principalmente daquilo que podemos exportar, para conseguirmos saldo na nossa balança de pagamentos, cobrir despesas e atender a compromissos a que, atualmente, o Tesouro Nacional necessita fazer face.

E voltamos, então, pela experiência, a concluir que com o aprimoramento dos nossos elementos humanos daqueles que se dedicam à produção, poderemos obter um resultado. Temos, repetimos, grandes áreas de terras. O Brasil, como há pouco ouvimos do nobre Senador José Ermírio, é o segundo país do mundo em extensão territorial agricultável mas, na verdade, estamos longe na classificação de produção. E isso é devido ao despreparo dos nossos homens do campo daquela massa humana numerosa que vive no interior em condições próprias para o aumento da produtividade. Em vez de pensarmos em imigrantes estrangeiros, em técnicos que, devemos reconhecer, têm contribuído, de maneira valiosa, para o desenvolvimento da produção agrícola, devemos cuidar com todo carinho, com todos os recursos disponíveis, do preparo do nosso elemento humano, dos nossos patrícios. Assim, estaremos realmente contribuindo não somente para afastar da situação de miserabilidade o nosso homem do interior como estaríamos ocupando aquelas regiões imensas da Bacia Amazônica principalmente.

Senhor Presidente, lemos nos jornais de ontem uma notícia de certo modo auspiciosa, da realização, em Recife, entre dez e treze do corrente, do Congresso Brasileiro de Agronomia. É uma iniciativa sem dúvida aqueles nossos patrícios técnicos em agronomia e veterinária, com a experiência e o conhecimento próprio do magno problema de assistência e amparo levem maiores esclarecimentos aos nossos homens do campo.

Senhor Presidente, com estas rápidas palavras, espero que o Governo do Marechal Costa e Silva, bem como os governos dos Estados e dos Municípios encarem com objetividade e eficiência tão importante problema. Se quisermos sair do estágio de subdesenvolvimento, não há outro cami-

nho, senão aquele que conduz ao preparo do nosso elemento humano.

Confiemos que, dentro desta concepção, estaremos aumentando o rendimento, e os tributos que o Governo necessita arrecadar. Só se espera aumento de receita quando há aumento de produção. Se levarmos a sério o problema e tomarmos as medidas indispensáveis o Brasil, dentro de pouco tempo, estará em condições de conseguir uma grande produção agropecuária.

Na verdade Sr. Presidente, a produção industrial tem apresentado grande desenvolvimento. Na realidade, percorreu muito mais rapidamente a fase de uma melhor técnica e um melhor resultado, mas não tem sido acompanhada pela zona rural. Infelizmente, este setor nos tem faltado. Com o desenvolvimento de ambos os numa fase de maior produtividade, de maior progresso e de um melhor equilíbrio momentâneo no que tange aos seus compromissos financeiros com o exterior. Do contrário, continuaremos aumentando o nosso débito, os nossos encargos deixando para futuras gerações uma herança realmente dolorosa, uma herança que poderá provocar grandes perturbações, porque, quando há desequilíbrio na situação econômica — financeira de um país a situação social e política dificilmente se poderá manter dentro de um esquema de tranquilidade e de paz.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Fernando Corrêa — Acompanhei com muito interesse a sua brilhante exposição sobre o problema agropecuário, sobretudo na Região Amazônica, por onde V. Ex. acaba de fazer uma viagem que é uma verdadeira inspeção do ponto de vista econômico. V. Ex., porém, não se referiu a dois fatores de vital importância para a produção agropecuária em nosso País. Um deles, o principal, a falta de financiamento, pelos órgãos competentes aqueles que se arriscam pela hinterlândia, deixando o conforto do litoral brasileiro, principalmente agora, com a abertura da nova frente de trabalho em que se constitui a Amazônia, mercê da Rodovia Belém-Brasília. O outro fator que causou, está causando e vai causar grande sobrecarga aos que assim se arriscam invertendo o seu trabalho, o seu dinheiro na produção agropecuária, é o imposto por demais oneroso, por demais pesado, não só do INDA como de circulação de mercadorias que recai sobre quem se dedica a um dos vitais setores da economia brasileira.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Não resta dúvida nobre Senador Fernando Corrêa, que não é exclusivamente do preparo do homem do campo que precisamos cuidar. Há outros fatores a considerar como o financiamento adequado, na época da colheita, a facilidade de transporte, menor encargo fiscal. Disse V. Ex. muito bem. Mas devemos partir da base. Esse homem que encontramos no interior tem poucas condições de produtividade. Em consequência, o custo da produção sobe muito. Encontramos, naquela região do Estado do Pará, o japonês apenas para demonstrar que o problema é mais do preparo do homem que, naturalmente, foi para lá com conhecimentos técnicos bons e conseguiu vencer apesar de todas as deficiências que encontrou, apesar dos impostos. Se conseguíssemos melhorar a produtividade, teríamos, inclusive, a possibilidade de diminuição da percentagem dos impostos, pois onde há maior produtividade, pode-se reduzir também o encargo unitário.

O Sr. Fernando Corrêa — Ele sómente poderá aumentar a sua produção se for convenientemente ajudado para esse fim. Sózinho, contando apenas com a família, com seus próprios braços, não vai aumentar a produção. Digo isso porque sou fazendeiro em Mato Grosso e tenho fazenda inteiramente mecanizada. Mas esse é um problema pessoal meu. Agora, o pobre colono que tem medo de entrar no Banco do Brasil, que tem de fazer uma viagem, enorme para chegar aos estabelecimentos de crédito, que não está preparado para pleitear financiamento, esse homem progride para si muito pouco e, para o Brasil, nada.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Nobre Senador Fernando Corrêa, nos Estados sulinos, onde está a minha origem, verificamos que os agricultores, em regra geral, são donos de propriedades familiares; a própria família cultiva a terra e produz. É uma região que produz bastante no entanto, nem sequer um percento tem financiamento do Governo...

O Sr. Fernando Corrêa — Imagine V. Ex. se eles tivessem esse financiamento. A produção seria muitas vezes maior. E o Brasil precisa de uma maior produção agrícola, pois é uma vergonha que nós, nesta altura de nossa vida econômica, estejamos a importar gêneros alimentícios de primeira necessidade. V. Ex. há de concordar comigo. O que os Estados Unidos nos fornecem de leite desnatado é uma soma enorme. Por tudo isso é que digo a V. Ex.: temos que preparar o homem não só tecnicamente, como V. Ex. já expôs a este Plenário, mas também financeiramente, para que ele possa produzir, não digo para exportá-los, mas para suprir as nossas necessidades alimentares.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Não resta dúvida de que, ao iniciar-se uma nova família na zona rural, é indispensável o apoio do Governo.

O Governo do Estado de Santa Catarina, ao tempo do nobre Senador Celso Ramos, criou um fundo especial para financiamento aos novos casais de agricultores. Aqueles que necessitassem de casa, que iriam iniciar, naturalmente em pequena escala, o Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina facilitava o financiamento.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. um aparte? (Assentimento do orador). Eu também, quando Governador de Mato Grosso, através da Comissão de Planejamento financeiro a todos os lavradores que nos procuravam. Mas isto é uma gota d'água no oceano, como V. Ex. diz, porque um Estado pobre como o meu, pode financiar muito pouco, é preciso que o Banco do Brasil, a grande potência financiadora do País, vá ao encontro daqueles que precisam do seu dinheiro para aumentar a produção do País. É isto que quero dizer a V. Ex.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Os recursos do próprio Governo, através do Banco do Brasil, muitas vezes não são suficientes; mas nós reconhecemos que o Governo precisa ter um serviço de financiamento agrícola e pecuário mais ativo, mais eficiente. A Carteira de Crédito Agrícola, principalmente, tem deficiência de funcionários e os processos, os pedidos de crédito, quando lá chegam, levam, se não anos para serem atendidos.

Vamos concluir este nosso discurso fazendo um apelo ao Sr. Presidente Arthur da Costa e Silva e aos Senhores Ministros do Planejamento e da Agricultura, para que encarem o problema do preparo do homem do campo com maior objetividade, dando-lhe melhores condições, a fim de que o Brasil possa sair dessa situa-

ção de produzir insuficientemente para o seu consumo e em consequência aumentando, de ano para ano, nossos débitos para com o Exterior. Era o que desejava dizer. Senhor Presidente. (Muito bem! Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Clodomir Millet.

O SR. CLODOMIR MILLET:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch, por permuta do Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, consumou-se ou se vai consumir, na noite de hoje, um atentado contra a economia do povo.

O Congresso Nacional foi chamado a opinar sobre mensagem do Executivo determinando novas normas do inquilinato, de vez que o Decreto-lei nº 322, baixado pelo Presidente da República em razão de segurança nacional, no seu artigo 5º, foi julgado inconstitucional.

Vindo a matéria novamente à apreciação do Poder Legislativo, e tendo a Comissão Mista, em ingente trabalho e esforço, apresentado um substitutivo, nem esse será apreciado pelo Congresso Nacional, já que hoje termina o prazo determinado pela Constituição para o exame da matéria em razão de mensagem oriunda do Executivo.

Tínhamos número na quinta-feira última, mas, inexplicavelmente, a Liderança da Arena informava a deputados que a consultavam que dificilmente seria ou então não seria votada a proposição naquela noite; e procurava oradores para se estenderem em considerações na tribuna a fim de não se encerrar a discussão naquela hora, evitando, assim, a votação da matéria.

Quero dizer que o Congresso Nacional, convocado, hoje, para exame da matéria não poderá apreciá-la por evidente falta de número.

Escoado o prazo sem manifestação do Legislativo prevalecerá, na íntegra, a proposição do Executivo, muito embora a mesma tivesse sofrido alterações para melhor, em favor do inquilino. Basta citar, por exemplo, uma emenda apresentada por um deputado governista e que determinava que os coeficientes seriam computados pela metade, desde que o imóvel não tivesse área útil superior a 60 metros quadrados.

Consumou-se, portanto, com o beneplácito governamental, um atentado contra a economia do povo, de vez que, conforme acentuei repetidas vezes, não podendo o Congresso legislar sobre venimentos, nem de trabalhadores nem de funcionários, porque para isso necessita de mensagem do Executivo, poderíamos nós apresentar proposições subsidiárias, melhorar a redação do Executivo. E assim o fizemos, através de substitutivo que também não será apreciado por impedimento do partido governamental.

Com estas palavras encerro minha comunicação, entristecido por esse lamentável fato que, nesta hora premente, parte do Congresso Nacional. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o Brasil assiste a uma mobilização que deverá estar impressionando os responsáveis pela ordem e pelo desenvolvimento deste País. Todas as classes assalariadas estão congregadas solicitando ou exigindo aumento dos seus salários.

A política de arrocho salarial tem levado ao desespero milhões de consumidores brasileiros. Quando andamos pelo interior do País, quando vamos às cidades pequenas e grandes às capitais dos Estados, a situação de angústia é a mesma. Estivemos no Rio Grande do Sul e conversamos, Sr. Presidente, com um motorista do Estado e ele nos dizia:

"Senador, eu percebo cento e vinte cruzeiros novos por mês para manter-me e à minha família. Pago, de aluguel para habitar num barraco de madeira, cinquenta cruzeiros novos. E com setenta cruzeiros além de pagar ao Instituto de Previdência Social, acha V. Exa. que posso passar?! ..."

Dizia-me ele: "Estou aniquilado, Senador!". É este o espetáculo a que nós assistimos quando percorremos o nosso país.

O aviltamento da moeda está causando pânico no país inteiro. Enquanto isso, hoje temos uma portaria do Sr. Ministro da Educação, na qual ele atribui três mil cruzeiros novos, mensalmente, a cada um dos brasileiros que fazem parte, em nome do Governo do Brasil, no processo que existe em virtude do Acordo MEC-USAID.

Não nos esfamos opondo a que brasileiros percebam salários justos. Lutamos contra a política que congela salários. E por quê? Porque o custo da vida sobe dia após dia.

Agora mesmo temos uma estatística apresentada pelos dirigentes da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Essa estatística causa espanto, porque é fria nos números que apresenta: o aluguel da casa, o preço dos gêneros de primeira necessidade, dos livros escolares, dos serviços. Um brasileiro pobre já quase não pode fazer uma roupa. Tem-se a impressão mesmo de que a moda dos cabeludos talvez venha disto. E se careca pudesse ser cabeludo, já estaria sendo também, porque o pessoal o povo pobre já não pode mais suportar a situação de angústia.

De outro lado, são os sindicatos de trabalhadores de São Paulo, trabalhadores em estabelecimentos bancários, trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, trabalhadores, em geral, do mundo urbano ao mundo agrário, clamando contra a política de arrocho salarial estabelecida pelo Governo desde o Sr. Roberto Campos e mantida pelo atual.

Quarenta e dois sindicatos de trabalhadores de São Paulo uniram-se, em protesto, em nome da sua sobrevivência e da sua família: "não mais podemos assistir inativos à fome, à doença, ao desemprego que se aposa, progressivamente, de nossos lares. Já sabemos que, por nossa desgraça, ninguém olha para nós e todos se fazem surdos aos nossos apelos e à voz do bom senso. Daí se conclui que só nós podemos mudar nossa sorte".

E o manifesto dos Sindicatos de São Paulo conclui assim:

"Apelamos a todos os sindicatos de categorias profissionais, em particular, e aos trabalhadores em geral, para tomarem parte nesta luta. Estamos certos de que só a união, a coragem e a iniciativa dos trabalhadores poderão melhorar nossa situação.

Avante para a luta".

Esta, a frente ampla que o Governo deve temer, que todos nós devemos temer. É a miséria, é a fome que gera inquietação social, derruba governos, que aniquila sistema governamental, sistema político.

Creio que chegou o momento de uma mudança, Sr. Presidente, de se ouvirem os clamores dos injustiçados. Não somos, no caso vertente, emotivos e sentimentais. Somos realistas.

O panorama é este: há uma inquietação social que cresce e se avoluma. E o Governo precisa atender aos apelos dos trabalhadores, enquanto eles apelam, porque já agora é do extremo-norte ao extremo-sul e da orla litorânea aos contrafortes dos nossos limites nos Andes, em toda porção do território nacional, o que se nota é a mais profunda inquietação nas classes patronais como nas classes assalariadas.

São os tributos excessivos que, esmagam a iniciativa privada, é a promessa de uma nova formulação para o ICM, que não vem e os pequenos e os médios produtores que não sentem mais ânimo para plantar, para produzir. Do outro lado, é o grupo dos assalariados que, quando pára e pensa, é para revelar sua revolta e sua angústia.

Dom Helder Câmara é quem tem razão. Aquêles bispos, que estão no seu lado, razão de sobre têm. Não são extremistas. Analisam a realidade brasileira e concluem, que na casa onde falta o pão, penetra a revolta. Querem guardar as almas. Sabem que se não do pão só vive o homem, vive também do pão. Estão sendo arautos das reivindicações de milhões de brasileiros. Tem razão os líderes das Igrejas evangélicas, das associações espíritas, porque, em contacto com as massas atribuladas e pobres, podem revelar o seu sofrimento às autoridades governamentais.

Sr. Presidente, tendo percorrido algumas regiões do nosso País, — o norte do Paraná, espécie de terra da promessa — ubérrimas, riquíssimas, lá encontrei também insatisfação, encontrei também inquietação.

O Estado de São Paulo, onde passei uma semana, o Estado de Vossa Excelência, Sr. Presidente onde estive por algumas horas, deixando as altas rodas da política mais alta e passando a ouvir o povo, a conversar com o povo, encontrei o mesmo ambiente.

Os trabalhadores, funcionários públicos ou não, os assalariados em geral, gostariam de não estar clamando por aumento de salários. Mas, diante da alta do custo de vida, não há outra solução. É um círculo vicioso? Pois não, que se cumpra. Se há o aumento dos preços das mercadorias, o aumento dos aluguéis das casas, o aumento dos preços de anuidades escolares, dos preços dos livros escolares, das roupas, sapatos, fazendas, etc., então, o círculo vicioso se completa com o aumento salarial, porque, o que está provocando o clamor pelo aumento de salários é a alta do custo de vida, verdade que todos deveriam reconhecer.

Assim, Sr. Presidente, cumprimos com o nosso dever, com a nossa obrigação para descarregar a nossa própria consciência, para atender aqueles que nos procuram quase diariamente e que ainda tenham uma "estêtia de esperança, no Parlamento Nacional. Por isto é que nós aqui estamos, verberando a atitude do Governo e solicitando providências urgentes para conter a onda que cresce, a onda de inquietação social. (Muito bem).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Catieta Pinheiro
Clodomir Millet
Sebastião Archer
Petrônio Portela
Dinarte Mariz
Antônio Balbino
Carlos Lindemberg
Eurico Rezende
Gilberto Marinho
Bezerra Neto
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — A Presidência recebeu Ofício nº 1081-67 do Presidente da Paraíba, pelo qual remete

o original do Requerimento nº 385-67, daquela Assembléia, propondo emenda ao texto da Constituição do Brasil no tocante à nova redação do § 2º do art. 16.

Como não se acha cumprida a exigência constitucional, contida no artigo 50, § 4º, pelo qual a proposta a ser apresentada no Senado deverá ter sido aceita por mais da metade das Assembléias Legislativas dos Estados, Manifestando-se, cada uma delas, pela maioria de seus membros, o expediente enviado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, da Paraíba, ficará na Secretaria da Presidência até que se complete a exigência constitucional para sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — Está terminada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há número para votação.

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1963, de autoria da Comissão Diretora que denomina Edifício Isaac Brown o prédio destinado aos Serviços Gráficos do Senado, tendo — Parecer favorável sob nº 617, de 1967 da Comissão de Constituição e Justiça.

Na sessão de 3 deste mês, por solicitação do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, o projeto foi retirado da ORDEM DO DIA, em virtude de achar-se incompleto o avulso relativo ao parecer nº 617, da Comissão de Constituição e Justiça. A Presidência, examinando a matéria, verificou que na reconstituição do projeto não foi possível colher elementos para melhor elucidá-lo.

Assim, tendo em vista que o caráter da homenagem a ser prestada ao saudoso Secretário da Presidência, Dr. Isaac Brown, modificou-se com o seu falecimento, a Presidência remete a proposição para novo exame daquele órgão técnico, isto é, à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1965, de autoria dos Senhores Senadores Zacharias de Assumpção e Martins Jr., que loteia para aquisição pelos seus ocupantes, as terras da extinta Est. de F. de Bragança, no Estado do Pará e das outras providências, tendo — Pareceres favoráveis, sob os nºs 638, 639, 640, 641 e 642, de 1967, das Comissões: — de Constituição e Justiça (após audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas); — de Economia, — de Transportes — de Finanças, com as emendas que oferece de nºs 1, 2 e 3-CF, e — de Agricultura (audiência solicitada, em virtude da aprovação do Requerimento número 295-67).

Em discussão o projeto, com as emendas da Comissão de Finanças.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente todos sabemos que as sessões de segunda-feira são praticamente mortas, porque as sessões nas quais os Senadores não votam são, praticamente como se não existissem. Mesmo a discussão de cada matéria torna-se inócua porque, se a discussão existe para o esclarecimento do Plenário que vai decidir, não havendo número para votação, e nem mesmo às vezes para discussão, nenhum proveito se tira da elucidação que o Orador traz à matéria que ele pretende seja esclarecida.

Hoje, está em pauta este projeto: loteia, para aquisição por seus ocupantes, as terras de uma extinta ferrovia do Estado do Pará. Trata de um tipo de reforma agrária em ponto pequeno.

A Nação entrega o patrimônio de uma extinta ferrovia para que seja loteada e adquirida pelos seus ocupantes, em áreas que não excedam de vinte metros de frente por cinquenta de fundo, quando se tratar de lotes residenciais e, de duzentos metros de frente, por quinhentos metros de fundo, quando se tratar de lotes para colônias agrícolas. Pessoalmente, acho que essas áreas para colônias agrícolas são muito pequenas. Mas é um início de uma política que deve ser ampliada.

Sr. Presidente, o Estado do Pará é um dos maiores da Federação Brasileira. As terras que pertencem ao poder público estadual constituem reservas imensas. A Amazônia representa mais de 5.000.000 km² de terras brasileiras.

E, quando se trata de uma política desse tipo, favorecendo pequenos agricultores ou aqueles que desejam ter o seu pedaço de terra próprio, para não trabalharem desenvolvendo as suas atividades, não é por demais que tratemos o assunto que hoje está na ordem do dia deste País: das grandes glebas, dos imensos tratos de terra da Amazônia que estão sendo transferidos para cidadãos estrangeiros. Verdadeiros feudos, áreas imensas estão sendo vendidas a cidadãos norte-americanos e, creio, a estrangeiros doutros países, constituindo essa operação um perigo até mesmo para a segurança nacional.

Estivemos com o General Albuquerque Lima, Ministro do Interior, e ouvimos de S. Exa. da sua grande preocupação pela certeza, que já tem hoje, de que aquelas denúncias feitas da tribuna da Câmara, da tribuna do Senado, pela imprensa, merecem fé. São terras do Estado da Bahia, dizem os jornais, diz a imprensa, as melhores. Tratos imensos estão sendo transferidos. São terras do Estado de Goiás, do Amazonas, do Pará. E, enquanto isto, ao lado do contrabando já denunciado da tribuna do Senado, e por tantas vezes que já não sabemos quantas, teima o Governo naquela política de contenção salarial, que vem causando profunda inquietação neste País.

Estivemos, em Genebra, em contato com um dos mais cultos Embaixadores da nossa representação diplomática, o Embaixador Azeredo da Silveira. Mandou-nos ele alguns trabalhos sobre a atuação do Brasil no exterior.

Lendo aqueles trabalhos, que revelam profundo interesse por que o nosso País seja, de fato como de direito, plenamente liberto, plenamente independente, tirei algumas conclusões, que devem impressionar a quantos se preocupam com a problemática nacional.

No exame da implementação das recomendações da Conferência, o Chefe da Delegação do Brasil, o Embaixador cujo nome já citei apresentou um trabalho que deve ser conhecido pelos representantes do povo brasileiro.

Era a IV Sessão, realizada em Genebra, em 1966, da Junta de Comércio e Desenvolvimento. Este trecho:

(le) "Ademais, não há indicação de declínio, em matéria de subvenções agrícolas, nos países desenvolvidos. Calculou-se que, antes da Conferência, em 1962, o montante gasto por sete daqueles países para apoiar o setor agrícola e suas economias, atingiu o total de 10.000 milhões de dólares. Se não houve uma mudança significativa — e não há evidência de que tenha ocorrido isso significa que esses Países ainda estão dependendo praticamente tanto em produção agrícola, quanto estão todos os Países desenvolvidos em importação agrícola de Países em desenvolvimento.

Significa, também, que aqueles sete Países gastam 25% mais para proteger sua própria agricultura

do que gastam a totalidade dos Países desenvolvidos em ajuda financeira para os Países em desenvolvimento."

Então, que verificamos? Os Países da Europa, os desenvolvidos, gastam dez milhões de dólares em auxílio e para aperfeiçoamento de sua agropecuária, tanto quanto toda a exportação dos Países em desenvolvimento para os Países desenvolvidos do globo terrestre.

E é a preocupação primária, com a nutrição, com a alimentação do seu povo. Enquanto isso, os toscanejamos, como que vivemos de sonhos fora da realidade de um mundo dinâmico, de um mundo trepidante, de um mundo que solicita, de um mundo que não quer ser escravo, de um mundo que reage contra a guerra e contra o espectro da fome.

Chegamos a um estágio em que tratar-se deste assunto se constitui quase que um crime.

Manchetes, projeção política neste País; com raríssimas exceções, quem as abtem? Aquêles que usam de sua inteligência para insultar, para provocar, para criar zizânia na família brasileira, para inquietar.

Aquêles que tratam seriamente de problemas sérios que tentam equacioná-los convenientemente, são relegados a um plano secundário, a um plano inferior.

Enquanto uma sociedade praticamente irresponsável goza, diverte-se, lá na infra-estrutura, lá nas bases, lá nas regiões horizontais uma multidão imensa, quando não explode em revolta, silenciosamente protesta.

Enquanto isso outros países se preocupam primariamente com este problema. Vimo-lo no Japão; na Itália, há poucos dias, estivemos numa fazenda particular orientada pelo Governo, pelo Ministério da Agricultura daquele país. Seiscentos hectares de terras, é a área daquela fazenda.

Técnicos do Ministério da Agricultura orientam os seus proprietários no aproveitamento da terra, no amanho da terra, no trato do gado que ali existe para fornecimento de leite à Cidade de Roma. A fiscalização é severa; o particular recebe ajuda e presta contas do que está fazendo. Mas há um auxílio positivo. Noutra região procurei ver uma cooperativa e lá encontrei um príncipe italiano. Tinha tido o proprietário daquela vasta extensão de terras. Depois da guerra, as suas terras foram desapropriadas por interesse social e foram divididas, foram loteadas, foram vendidas aqueles com capacidade para usá-la, para trabalhá-la para o bem comum, para o bem de todos. E aconteceu um fato: é que aquele príncipe ficou com um pedaço de terra, também. E depois tornou-se, pelo entusiasmo, membro da cooperativa. E ele, hoje, um dos membros daquela cooperativa, cooperativa que está provocando um desenvolvimento impressionante naquela região.

Assim fazem os povos que querem resolver os seus problemas, os seus problemas fundamentais.

Enquanto os países desenvolvidos se preocupam com esses problemas, nos aqui procuramos resolvê-los em doses homeopáticas, mesmo porque a descrença é um tanto ou quanto generalizada. Mesmo nós parlamentares, mesmo no Parlamento brasileiro, são esses os assuntos que empolgam? Alimentação do povo, para quê? E melhor agitar-se. Habitação para o povo, para quê? Nós só temos um déficit de 7 a 10 milhões de habitações, poderia ser muito maior. E é a irresponsabilidade. Um país com 80 milhões de habitantes apresentando um déficit habitacional de 7 a 10 milhões de habitações, é alguma coisa que nos países de classe dirigente absolutamente responsável seria tida

como dantesca, alguma coisa de impressionante. Ai está o germen, não a revolução social: ao lado da fome, a falta de habitação, condigna ou não condigna, mas a falta.

Eu soube que certos órgãos do nosso Governo estavam eufóricos porque o rebanho bovino brasileiro de uma tempos para cá deu para aumentar, e, então, de 75 milhões passou para 90 milhões. Há uma certa euforia, uma certa alegria. Dizem que a política do Governo está dando resultados positivos; mas o que está acontecendo em verdade? Salários baixos, salários miseráveis, retração do consumidor. O assalariado está comprando cada vez mais, menos carne. Não exportamos. Não vendemos internamente. O rebanho aumenta, queiramos ou não queiramos. Que política é esta em que há euforia, há alegria porque apresentamos uma estatística da nossa produção que cresce porque não há consumidores? E nós não refletimos nesse problema, não tomamos na posição definitiva e clara.

Eu dizia, há poucos instantes, que é esta a frente ampla que deve aterrorizar os governantes. Não é outra, não. A outra talvez seja resultante disto mesmo. Os pescadores d'água turvas estão por aí mesmo, espalhados. E os homens de boa-fé e de cultura — o culto de má fé e mais perigoso que o inculto de boa fé — aí estão; e também os que procuram uma solução, aí estão. Mas, são poucos, porque ainda têm o entusiasmo da luta, a generalidade perdeu o entusiasmo e, por isso, não luta.

Sr. Presidente, ao lado dessa situação, o que fizeram esses países diz o relatório do nosso Embaixador, Presidente da nossa delegação na conferência a que me referi:

"Os últimos acontecimentos no comércio de manufaturas e semimanufaturas são igualmente desencorajadores. Foram deveras muito poucas as reduções de barreiras tarifárias e não-tarifárias; a estrutura tarifária dos países desenvolvidos possui ainda características que dificultam o processo de industrialização dos países em desenvolvimento."

Quando nós dizíamos isto, quando denunciávamos que os países plenamente desenvolvidos só têm um interesse imediato — o de obstacularem o desenvolvimento dos países explorados — éramos acionados até mesmo de provocadores, quando não de extremistas. Agora, vem o Embaixador do Brasil, designado pelo nosso Governo para representá-lo em conferência internacional e nos envia esse relatório:

(Lendo)
"A estrutura tarifária dos países desenvolvidos possui ainda características que dificultam o processo de industrialização dos países em desenvolvimento; os próprios dispositivos relativos ao status quo das recomendações da UNCTAD deixaram, vez por outra, de ser cumpridos. Em suma, nenhum esforço significativo foi feito no sentido de criar condições que conduzam a uma melhor divisão internacional de trabalho".

"Entre 1961 e 1964, o fluxo líquido de recursos dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento declinou de 0,87% a 0,66% do produto interno bruto dos primeiros; no período 1956-64, o mesmo fluxo de recursos financeiros aumentou de 8% por ano, enquanto os pagamentos para o serviço da dívida cresceram de 19% ao ano."

Esta é a nossa situação: recebemos 8 e pagamos 19. Houve uma diminuição no fluxo líquido de recursos dos países desenvolvidos para os paí-

ses subdesenvolvidos. Eis a realidade que não podemos ignorar.

Não posso deixar de enaltecer o Ministério das Relações Exteriores do Brasil por estar procurando equacionar os nossos problemas no campo das relações exteriores, com inteligência, com prudência e com sabedoria. Estamos lendo palavras de embaixadores a serviço do nosso país, neste momento, e que relevam uma tomada de posição que nos era desconhecida.

Aí há pouco tempo, o amigo dos países desenvolvidos ou superdesenvolvidos era aquele que silenciava ou apunha. Agora o conceito de amigo é outro. O amigo é aquele que diz a verdade, é aquele que fala, é aquele que clama, é aquele que exige soluções. Na última reunião do Fundo Monetário Internacional, realizada no Rio de Janeiro, vimos a eclosão do protesto das nações subdesenvolvidas diante daquela política, que é esta que nos revela o Embaixador Azeredo da Silveira, na sua declaração como Chefe da Delegação Brasileira.

(Retomando a leitura)
"A urgência do problema foi dramatizada pelo Presidente do Banco Internacional há algum tempo, ao declarar que "o efluxo de capital dos países em desenvolvimento representa cerca de metade de todo o influxo bruto de capital que esses países recebem de todas as fontes", e que esses países poderiam usar "produtivamente mais de três ou quatro bilhões de dólares por ano."

E, finalmente:
(Lendo)
"No primeiro quinquênio do que foi denominado, com alguma ironia "Década do Desenvolvimento", a renda per capita dos países em desenvolvimento como um todo aumentou de 2 dólares por ano."

No último quinquênio, a renda per capita dos habitantes dos países em desenvolvimento, naquela década que foi denominada a "Década do Desenvolvimento", aumentou de dois dólares por ano, enquanto a dos países desenvolvidos aumentou de sessenta dólares por ano. Não obstante, no mesmo período, o volume de assistência financeira em relação à renda nacional dos países desenvolvidos, com algumas exceções, decresceu sistematicamente; menos assistência aos subdesenvolvidos, maior renda per capita anual. Dois dólares por ano para os já desenvolvidos.

Então, o mundo, dividido em algumas poucas nações riquíssimas, poderosas e numa multidão de nações inquietas, angustiadas, aflitas e são o caldo de cultura para os extremistas, para os regimes de força, para as ditaduras, sejam elas quais forem.

Sr. Presidente, vou deixar para ter mais alguns comentários, noutra oportunidade, sobre este assunto. Mas não me posso esquivar de ler este último trecho.

A participação dos países em desenvolvimento nas exportações mundiais de manufaturas é de menos de 25%. No entanto, a estrutura tarifária dos países desenvolvidos desencoraja as exportações de manufaturas e semimanufaturas por países em desenvolvimento.

São estes os fatos. Podemos vê-los segundo ópticas diferentes: podemos explicar as cifras ou negar sua exatidão; mas os fatos permanecem, os fatos ameaçadores que compõem um quadro sombrio no qual os ricos se tornam mais ricos e os pobres se tornam mais pobres.

Como que me estou lembrando da primeira pregação do Brigadeiro Eduardo Gomes, naquele tempo em que havia mais ideal;

"Temos de chegar a um instante" — aplaudido pelos membros do seu Partido, àquele tempo a União Democrática Nacional — "em que os ricos sejam menos poderosos, e os pobres menos sofridos."

Diz o Embaixador: Alô!

"Acreditamos, Sr. Presidente, que a II Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento será um teste decisivo. Nesta última Conferência se verificará se os países podem ou não harmonizar seus interesses nacionais com um interesse nacional comum, e, portanto, se pode, ou não, implementar políticas destinadas a beneficiar toda a comunidade mundial."

Sr. Presidente, esse projeto recebeu algumas emendas de nossa autoria. É um projeto para uma das regiões do Estado do Pará; uma experiência que dois Senadores da República tentaram fazer: o aproveitamento daquelas terras do patrimônio de uma extinta ferrovia pelos que nela trabalharam.

Creio que, quando se fala em colônia agrícola, há o pressuposto da implantação de um sistema cooperativista. Eu sou cooperativista. Acredito que a grande solução para o mundo, tanto atual como o vindouro, está no sistema cooperativista.

Esta é uma experiência que se tenta fazer.

Infelizmente, este projeto já tem uns três ou quatro anos. Está agora na sua fase final de votação. Apresentei algumas emendas, que desejo sinceramente sejam aprovadas pelos nobres Senadores da República.

Uma delas refere-se ao § 2º, do Artigo 1º:

"O Estado aproveitará as terras desocupadas e as ocupadas por quem não preencha as condições estabelecidas neste artigo serão transferidas à propriedade do Estado do Pará."

Eu acrescento:

"... que as utilizará para os mesmos fins previstos nesta Lei." Não pode utilizar para outra finalidade.

Também ao Art. 1º acrescento um parágrafo:

"Os lotes adquiridos na forma desta lei não poderão ser negociados antes de decorridos cinco anos da data em que for lavrada a escritura definitiva."

Evitamos que um cidadão adquira um daqueles lotes para fins comerciais apenas. Adquirido o lote, a valorização se dará fatalmente e o cidadão passa-o adiante, imediatamente.

Creio que devemos ter este cuidado com essas granjas do Distrito Federal, que eram arrendadas e que o Governo propõe sejam agora vendidas aos atuais ocupantes. Deve haver um prazo dentro do qual não possam ser negociadas.

Essa emenda foi aprovada pela unanimidade da Comissão de Finanças e espero seja pelo Plenário:

Finalmente:

"Considera-se ocupante, para os efeitos deste artigo, o possessor cuja posse for efetiva à data da publicação desta lei."

Não em 1964. O projeto demorou na sua tramitação.

Então, se outro lá estão, por consentimento, trabalhando aquele pedaço de terra, este lhe deve pertencer. Ele deve ter o mesmo direito que os ocupantes de 1964.

Assim, Sr. Presidente, desejo sinceramente que novas esperanças surjam, que novas esperanças venham para o desenvolvimento e o desenvolvimento deste nosso País.

Aproveito, ainda a oportunidade para ler este telegrama:

(Lendo)

"Levando ao conhecimento de V. Exª e demais Senadores o ato

arbitrário do Prefeito Epitácio Afonso. Pereira, que impediu o regular funcionamento da Câmara postando guarda municipal ilegalmente armada, proibindo a entrada dos Vereadores no Edifício Municipal, a fim de realizarem sessão extraordinária, ontem, às dez horas, encarecemos denunciar à Nação Brasileira o grave desrespeito ao Poder Legislativo. Saudações. Vereador Walter Ferreira — Presidente da Câmara Municipal de São Luiz."

Não sei onde é que nós estamos. Como é que a nossa democracia se vai fortalecer, se agora, em diversos Estados da Federação brasileira, usam-se de práticas estranhas ao sistema democrático de Governo. Vêem-se prefeitos depostos por vereadores que recebem determinada imposição para a prática do ato; vêem-se câmaras municipais invadidas, cercadas para impedimento de nela penetrarem os vereadores. E quando nós que somos do equilíbrio, dizemos que há necessidade de uma atitude mais segura para sustentação do sistema democrático e Governo, do seu aperfeiçoamento, razões sobram para que as nossas palavras sejam pronunciadas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os meus agradecimentos por ainda se encontrarem alguns, neste Plenário, para ouvir um debate tão insulso, embora diga respeito ao desenvolvimento e à economia do nosso País. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 3.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1967 (autoria do Senhor Senador Oscar Passos), que declara de utilidade pública o "Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas", com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, tendo — Pareceres favoráveis, sob ns. 635, 636 e 637, de 1967, das Comissões: — de Constituição e Justiça, — de Segurança Nacional e — de Finanças.

Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de número.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 4.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 1967, que suspende, em parte, a execução da Lei nº 3.085, de 27 de agosto de 1964 do Município de Campinas, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 634, de 1967).

Em discussão. (Pausa.) Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de número.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa.) Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 10 de outubro de 1967 (Terça-feira)

1
Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de

1965, de autoria dos Senhores Senadores Zacharias de Assumpção e Martins Júnior, que loteia para aquisição pelos seus ocupantes, as terras da extinta Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará e dá outras providências, tendo — Pareceres favoráveis, sob os ns. 638, 639, 640, 641 e 642, de 1967, das Comissões: — de Constituição e Justiça, após audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas; de Economia, de Transportes, de Finanças, com as emendas que oferece de ns. 1, 2 e 3-F, de Agricultura (audiência solicitada, em virtude da aprovação do Requerimento nº 295-67).

2
Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1967 (autoria do Senhor Senador Oscar Passos), que declara de utilidade pública o "Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas", com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, tendo — Pareceres favoráveis, sob ns. 635, 636 e 637, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Finanças.

3
Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 1967, que suspende, em parte, a execução da lei nº 2.085, de 27 de agosto de 1964 do Município de Campinas, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 634, de 1967).

4
Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 659, de 1967, da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1967, originário da Câmara dos Deputados nº 306-A-67, na Casa de origem, que aprova a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução 1.040 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de fevereiro de 1967.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL

Incumbida ao Estado do Projeto de Lei nº 10, de 1967 (C.N.), que "Altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos e dá outras providências".

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 5 DE OUTUBRO DE 1967

As dezesseis horas do dia cinco de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Carlos Lindenberg, presentes os Senhores Senadores Carvalho Pinto, Leandro Maciel, Menezes Pimentel, José Guionard, Ney Braga, Petrólio Portela, Bezerra Netto, e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Osny Regis, Milton Brandão, Arnaldo Prieto, Adhemar Ghisi, Montenegro Duarte e Arnaldo Garcez, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 10, de 1967 (C.N.), que "Altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos e dá outras providências".

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Aurélio Vianna e Adalberto Sena e os Senhores Deputados Clovis Stenzel, Rockefeller Lima, Dirceu Cardoso, Adílio Viana, José Colagrosso e Nísia Carone.

O Senhor Presidente declara que havendo número legal, estão abertos os trabalhos da Comissão, e antes de passar a palavra ao Senhor Deputado Montenegro Duarte a fim de proceder à leitura de seu parecer ao

5
Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 78, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia, para cargos vagos de Auxiliar-Legislativo, PL-10, do quadro da Secretaria do Senado Federal, os candidatos habilitados em concurso público: Maria Inilda Pessoa, Maria Lúcia de Moraes e Silva Rodrigues, Helvécio de Lima Camargo, Célio Ribeiro Barbosa Silva e Abelardo Gomes Filho.

6
Discussão, em turno único, do Requerimento nº 756, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Camillo Nogueira da Gama solicita informações ao Senhor Presidente do Banco do Brasil S. A. sobre se, de acordo com o disposto no art. 9º da Lei nº 3.561, de vinte e um de dezembro de mil novecentos e cinquenta e oito, até a data de sua revogação foi normalmente depositado no Banco do Brasil S. A., sob a denominação "seguro especial do Aeronauta"; o produto da taxa especial de dois por cento (2%), incidente sobre as tarifas aéreas.

7
Discussão, em turno único, do Requerimento nº 823, de 1967, do Senhor Senador Moura Palha, solicitando informações ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda — sobre se o Banco do Estado do Pará S. A. vem utilizando assiduamente a carteira de descontos do Banco do Brasil S. A., bem como se durante a gestão das diretorias anteriores a janeiro de 1967, essa utilização ocorria e outras informações a respeito. PROJETO DE LEI ORÇAMENTARIA
Só poderá ser emendado na Comissão de Finanças (Art. 67, § 2º da Constituição Federal)
Calendário: Dias, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 de outubro.

O SR. PRESIDENTE:
(Edmundo Levi) — Está encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão às 16,40 horas).

Projeto de Lei, objeto da criação da presente Comissão Mista, comunica que, de acordo com comunicação da Liderança da ARENA, na Câmara dos Deputados, o Sr. Deputado Clovis Stenzel foi substituído pelo Senhor Deputado Arnaldo Garcez.

A seguir, com a palavra o Sr. Deputado Montenegro Duarte emite parecer conclusivo pela aprovação da proposição, com emenda que oferece ao art. 10º.

Finda a leitura, o Sr. Presidente põe em discussão o projeto e o parecer.

Prosseguindo, pela ordem de inscrição, tem oportunidade de discutir a matéria os Srs. Senadores Leandro Maciel e Ney Braga e os Senhores Deputados Orny Regis, Arnaldo Garcez e Milton Brandão.

Continuando, o Sr. Presidente comunica que continua em discussão a matéria e, como ninguém mais quer fazer uso da palavra declara-a encerrada pondo em votação o parecer.

Colocando em votação, por unanimidade, é o parecer aprovado.

Concluindo o Senhor Presidente agradece aos seus pares, a eficiente colaboração prestada no desempenho das tarefas atribuídas e, ao Sr. Relator, consigna o seu aplauso pelo excelente trabalho realizado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Auxiliar Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez lida e aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

Publique-se

Em, 5 de outubro de 1967. — Senador Carlos Lindenberg, Presidente

MAPA DE FREQUÊNCIA DOS SENHORES SENADORES REFERENTE AOS MESES DE MARÇO A JUNHO DE 1967
(ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

Número de ordem — Nome	Comparecimento	Missão art. 37 § III Const. Federal	Art. 37, § III da Const. Fed. Art. 37, § 2º Reg. Int. Dec. Leg. nº 70-66, art. 4º, § 1º.	Art. 37, § III da Const. Federal. Licença tratamento saúde.	Licença simples	
1 — Adalberto Correia Senna	28	—	3	39	4	—
2 — José Guimard dos Santos	22	34	16	—	—	—
3 — Oscar Passos	64	6	4	—	—	—
4 — Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho ..	43	6	15	10	—	—
5 — Edmundo Fernando Levi	64	—	10	—	—	—
6 — Alvaro Botelho Maia	53	11	10	—	—	—
7 — Jarbas Gonçalves Passarinho	3	—	5	—	—	Ministro a partir de 15-3-67
8 — Edward Cattete Pinheiro	51	—	16	—	—	—
9 — Joaquim Lobão da Silveira	55	—	10	9	—	—
10 — Clodomir Teixeira Millet	34	19	16	—	—	—
11 — Sebastião Archer da Silva	65	—	9	—	—	—
12 — Victorino de Brito Freire	27	31	16	—	—	—
13 — Petrónio Portela Nunes	63	—	11	—	—	—
14 — José Cândido Ferraz	15	—	16	25	—	—
15 — Sigefredo Pacheco	2	—	8	64	—	—
16 — Francisco Menezes Pimentel	70	—	4	—	—	—
17 — Paulo Sarazate Ferreira Lopes	33	—	16	19	—	—
18 — Wilson Gonçalves	59	7	8	—	—	—
19 — Dinarte de Medeiros Mariz	50	2	16	—	—	—
20 — Francisco Duarte Filho	50	13	11	—	—	—
21 — Manoel Cordeiro Vilaça	48	9	16	—	—	—
22 — Argemiro de Figueiredo	66	6	2	—	—	—
23 — Domicílio Gondim Barreto	22	16	16	—	—	—

Número de ordem — Nome	Comparecimento	Missão art. 37, § III Const. Federal	Art. 37, § III da Const. Federal Art. 37, § 2º Reg. Int. Dec. Leg. nº 70-66, Art. 4º, § 1º	Art. 37, § III da Const. Federal. Licença tra- tamento saúde.	Licença simples	
24 — Ruy Carneir	46	5	16	—	—	—
25 — João Cleofas de Oliveira	29	—	16	—	—	—
26 — Francisco Pessoa de Queiroz	31	—	16	20 *	—	Assistência pessoa da família
27 — José Ermirio de Moraes	59	3	12	—	—	—
28 — Arnou Afonso de Farias Mello	40	—	16	—	—	—
29 — Rui Soares Palmeira	27	22	16	—	—	—
30 — Teotônio Brandão Vilela	35	—	16	—	—	—
31 — José Rollemberg Leite	73	—	1	—	—	—
32 — Leandro Maynard Maciel	42	6	16	—	—	—
33 — Júlio César Leite	46	—	16	—	—	—
34 — Aloysio de Carvalho Filho	47	—	16	—	—	—
35 — Antônio Balbino de Carvalho Filho	46	—	16	—	—	—
36 — Josaphat Ramos Marinho	64	6	4	—	—	—
37 — Eurico Rezende	59	11	4	—	—	—
38 — Carlos Fernando Monteiro Lindenberg ...	51	—	16	—	—	—
39 — Raul Giuberti	44	—	16	—	—	—
40 — Aarão Steinbruch	34	—	14	26	—	—
41 — João Batista Vasconcelos Tórres	49	—	14	11	—	—
42 — Paulo Francisco Tórres	69	—	5	—	—	—
43 — Mário de Sousa Martins	50	—	16	—	—	—
44 — Aurélio Vianna da Cunha Lima	67	3	4	—	—	—
45 — Gilberto Marinho	42	—	16	—	—	—

Número de ordem — Nome	Comparecimento	Missão art. 37 § III Const. Federal	Art. 37, § III da Const. Federal, Art. 37, § 2º, Reg. Int. Dec. Leg. nº 70-66, Art. 4º, § 1º	Art. 37, § III da Const. Federal, licença tra- tamento saúde.	Licença simples	
46 — Benedicto Valladares Ribeiro	52	—	16	—	—	—
47 — Camilo Nogueira da Gama	52	—	3	19	—	—
48 — Milton Soares Campos	42	—	16	—	—	—
49 — Auro Soares Moura Andrade	41	—	16	—	—	—
50 — Carlos Alberto Alves Carvalho Pinto	48	—	16	—	—	—
51 — Juvenal Lino de Mattos	59	—	15	—	—	—
52 — José Feliciano Ferreira	15	—	5	54	—	—
53 — João Abrahão Sobrinho	50	—	16	—	—	—
54 — Pedro Ludovico Teixeira	57	—	16	—	—	—
55 — Filinto Müller	33	38	3	—	—	—
56 — Fernando Corrêa da Costa	53	12	9	—	—	—
57 — Vicente Bezerra Neto	50	14	10	—	—	—
58 — Adolfo de Oliveira Franco	23	—	16	17	—	—
59 — Rubens de Melo Braga	29	9	16	—	—	—
60 — Ney Amintas de Barros Braga	49	—	16	—	—	—
61 — Antônio Carlos Konder Reis	49	—	16	—	—	—
62 — Atilio Fontana	42	2	11	19	—	—
63 — Celso Ramos	49	—	16	—	—	—
64 — Daniel Krieger	46	7	16	—	—	—
65 — Guido Mondim	62	—	12	—	—	—
66 — Mem de Sa	40	30	4	—	—	—
67 — Milton Blanco de Abrunhosa Trindade ..	51	—	15	—	—	Posse em 16 de março de 1967
68 — Armando de Miranda Storni	36	—	12	—	—	Posse em 12 de abril de 1967

Número de ordem — Nome	Comparecimento	Missão art. 37, § III Const. Federal	Art. 37, § III da Const. Federal, Art. 37, § 2º, Reg. Int. Dec. Leg. nº 70-66, Art. 4º, § 1º	Art. 37, § III da Const. Federal. Licença tra- tamento saúde.	Licença simples	Discriminação
69 — Clóvis de Azevedo Maia	42	—	—	—	—	Posse em 27 de abril de 1967
70 — João Pedro Gouveia de Carvalho Vieira ..	4	—	4	—	—	Posse em 16 de junho de 1967
71 — Renato Ramos Silva	8	—	—	—	—	Posse em 20 de junho de 1967
72 — Pedro Augusto de Moura Palha	7	—	—	—	—	Posse em 21 de junho de 1967
73 — Dalé Guarani o Silva	6	—	—	—	—	Posse em 22 de junho de 1967
74 — Flávio da Costa Brito	4	—	—	—	—	Posse em 26 de junho de 1967

Seção de Controle da Diretoria de Contabilidade, em 1º de julho de 1967. — Luiz Carlos Lemos de Abreu, Chefe da
Seção de Controle — Luiz do Nascimento Monteiro, Diretor da Contabilidade — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.
Publique-se. Em 1º de julho de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Gluberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilela — (RN)

Vasconcellos Tôrres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

Jose Ermírio
 Mários Martins
 Secretário J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Aurélio Vianna
 Pedro Ludovico

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petronio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Tôrres
 Daniel Krieger
 Benedito Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antonio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Araoz Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mario Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petronio Portela
 Eurico Rezende
 Atílio Fontana

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Arnor de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abranches
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Têrças-feiras às 16 horas.

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domício Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secr. — Cárlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antonio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Miro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilela
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petronio Portela
 Atílio Fontana
 Julio Leite
 Mem Braga
 Carlos Lindenberg
 Ceisê Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domício Gondim
 João Cleophas

SUPLENTE

Julio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnor de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antonio Balbino
 José Ermírio
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-9.

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: Jose Candido

A R E N A

TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Mala
Jose Candido
Mello Braga
Julio Leite

SUPLENTE

Jose Guimard
Jose Leite
Lobao da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarao Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES

Domicio Gondim
Jose Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

Jose Feliciano
Mello Braga
Jose Guimard
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarao Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Julio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
Jose Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antonio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

Jose Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

Jose Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antonio Balbino
Aurélio Vianna
Aarao Steinbruch

Secretário: Afranio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

A R E N A

TITULARES

Teotônio Vilela
Antonio Carlos
Jose Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
Jose Leite
Jose Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Jose Candido
Arnón de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Mala
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
Jose Guimard
Jose Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarao Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Julio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
Jose Candido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES

Paulo Torres
Jose Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
Jose Candido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Julio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

COMPOSIÇÃO

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Melo

A R E N A

TITULARES

Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Torres
José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos

M D B

Arthur Virgílio
Adalberto Sena

Lino de Mattos
Aarão Steinbruch

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Matos

A R E N A

TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atílio Fontana

SUPLENTE

José Guilomard
Petronio Portela
Domício Gondin
Carlos Lindenberg

M D B

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guilomard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

A R E N A

TITULARES

José Guilomard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Mala

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Muller
Sigefredo Pacheco

M D B

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

PREÇO DESTA NÚMERO: NCr\$ 0,01